

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL: MONOLINGUISMO E PADRONIZAÇÃO DA LÍNGUA

LANGUAGE POLICIES IN BRASIL: MONOLINGUALISM AND LANGUAGE STANDARDIZATION

Jéssica Alves Rodrigues (UFG)

André Marques do Nascimento (UFG)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar como as políticas linguísticas no Brasil são saturadas ideologicamente por crenças no monolinguismo e na padronização da linguagem. Para tanto discutimos as conceitualizações das Ideologias de Linguagem (WOORLARD, 1998; KROSKRITY, 2000, 2004; IRVINE; GAL, 2000), mostrando que a língua(gem) não é simplesmente um instrumento para os processos ideológicos, na realidade ela é constituída por meio desses processos ideológicos, nos quais perpassam questões sociais, culturais, assim, como relações de poder e de hierarquizações sociais. Posteriormente, discutimos algumas definições de políticas linguísticas (SCHIFFMAN, 1996, SOLPSKY, 2004; WILEY, 2002), mostrando como elas podem ser concebidas como construções ideológicas que refletem e (re) produzem as relações de poder dentro da sociedade. Por fim, analisamos como, ao longo da história, a política linguística no Brasil foi emaranhada pelo ideal de uma língua nacional homogênea e hegemônica, um ideal que prevalece até hoje e que é amplamente aceito e enraizado na sociedade.

Palavras-chave: Política Linguística. Ideologia de Linguagem. Monolinguismo. Padronização de Língua.

ABSTRACT: This article aims to analyze how the language policies in Brazil are ideologically saturated by beliefs in monolingualism and language standardization. To this end we discuss the conceptualizations of Language Ideologies (WOORLARD, 1998; KROSKRITY, 2000, 2004; IRVINE; GAL, 2000), demonstrating that language is not simply an instrument for ideological processes, in reality it is constituted by through these ideological processes, which permeate social, cultural issues, such as power relations and social hierarchies. Subsequently, we discuss some definitions of language policies (SCHIFFMAN, 1996, SOLPSKY, 2004; WILEY, 2002), demonstrating how they can be conceived as ideological constructs that reflect and (re) produce power relations within society. Finally, we analyze how throughout history, linguistic politics in Brazil has been entangled by the ideal of a homogeneous and hegemonic national language, an ideal that prevails to this day and that is widely accepted and rooted in society.

Keywords: Language Policy. Language Ideology. Monolingualism. Standardization Language.

Considerações iniciais

O Brasil possui uma grande diversidade linguística, no entanto, historicamente, esta diversidade não é amplamente reconhecida e legitimada pelas instituições de poder e pelas políticas linguísticas, que têm um importante papel do Estado em sua idealização e planejamento. Na realidade, por meio de um processo de padronização, se instaura uma “norma-padrão”, enfatizando o desejo de uniformidade e correção dos usos da linguísticos, priorizando a escrita e a própria ideia de uma língua nacional como a única língua legítima da comunidade da fala, assim, somente essa “língua padrão” usufrui de pleno prestígio social, enquanto isso, as outras variedades da língua portuguesa e boa parte das línguas minoritárias, em especial as línguas indígenas, estão sujeitas a desvalorização, ao apagamento e a hierarquização linguística e social.

Por isso, torna-se fundamental analisar como as políticas linguísticas abordam a diversidade linguística e cultural no Brasil, uma vez que, quando instauradas, estas políticas podem promover à aceitação e a valorização das variações linguísticas, das línguas estrangeiras e indígenas. Mas por outro lado, elas podem marginalizar e excluir e, no

extremo, apagar variações linguísticas e línguas minoritárias. Afinal, as políticas linguísticas têm o intuito de regular os usos linguísticos e, são mecanismos ideologicamente saturados, ou seja, são inevitavelmente de natureza ideológica, processos socioculturais complexos mediados por relações de poder que expressam afirmações normativas sobre os usos linguísticos.

Diante disso, o intuito deste artigo é analisar como a ideia de monolinguismo e de padronização da língua afetam e promovem as políticas linguísticas no Brasil, em especial as que dizem respeito à diversidade linguística e à norma-padrão. Para tanto, primeiramente apresentaremos uma visão geral sobre ideologias de linguagem, tecendo apontamentos sobre como elas são constituídas e constituem as relações sociais. Posteriormente, elucidaremos algumas considerações a respeito das políticas linguísticas, mostrando como estes mecanismos de poder regulamentam os usos linguísticos na sociedade, fazendo com que certas ideologias sejam reconhecidas como “oficiais”. Logo em seguida, analisaremos como as ideologias de linguagem monolinguísticas e de padronização fornecem um contexto

ideológico para as políticas linguísticas oficiais e institucionais, observando, como estas ideologias, amplamente aceitas na sociedade sustentam a errônea ideia de que norma-padrão é sinônimo de superioridade e homogeneidade.

Ideologias de Linguagem

Os estudos sobre ideologias de linguagem é um campo de investigação fértil e interdisciplinar que engloba uma ampla variedade de questões sociais, culturais e políticas. Nesta direção, as ideologias de linguagem não são simplesmente sobre a língua em si, mas também envolvem os sujeitos, suas identidades e os contextos em que eles estão inseridos, mostrando como esses sujeitos interpretam o papel da linguagem em um mundo social e cultural, e como suas interpretações são socialmente posicionadas. Por isso, as ideologias de linguagem não são apenas interessantes em si mesmas, sua importância reside no fato de que as crenças sobre a linguagem mediam os usos linguísticos e a organização social (SILVERSTEIN, 1979). Ou seja, os aspectos das representações linguísticas emergem das interseções da linguagem e dos seres humanos em um mundo social; é isso que queremos dizer com ideologia de linguagem. Portanto,

Ideologias da linguagem não se referem apenas à linguagem. Em vez disso, elas visualizam e promovem laços da linguagem com a identidade, a estética, a moralidade e a epistemologia. Por meio desses vínculos, elas sustentam não apenas a forma e o uso linguístico, mas também a própria noção de pessoa e grupo social, bem como instituições sociais fundamentais como ritual religioso, socialização infantil, relações de gênero, Estado-nação, escolaridade e lei (WOOLARD, 1998, p. 3).

Diante disto, o conceito de ideologias de linguagem pode ser estabelecido muitas vezes no curso das interações entre indivíduos e instituições sociais. Assim, é necessário examinar definições e concepções de linguagem e ideologia em uma ampla gama de contextos socioculturais, concentrando, principalmente, em como essas realidades definidoras moldam as inter-relações entre indivíduos e instituições. Reconhecendo toda esta complexidade, Kroskrity (2004) aponta que as ideologias de linguagem não são monolíticas ou unidimensionais; em vez disso, elas devem ser vistas como um conjunto de dimensões convergentes. Nesse viés analítico, Kroskrity (2004) aponta que existem cinco níveis de organização de ideologias de linguagem: 1) elas representam a percepção da linguagem e discurso que é construído no

interesse de um grupo social ou cultural específico; 2) são múltiplas e fundamentadas em experiências sociais que nunca são uniformemente distribuídas; 3) os membros da sociedade possuem graus variados de consciência a respeito das ideologias de linguagem; 4) as ideologias de linguagem são como uma ponte de ligação entre as experiências socioculturais e os recursos linguísticos e discursivos; 5) o papel das ideologias de linguagem na criação e representação de várias identidades sociais e culturais. Para Woolard (1998, p.3), as ideologias de linguagem são “representações, explícitas ou implícitas, que constroem a interseção da linguagem e dos seres humanos em um mundo social”. E ainda de acordo com Irvine e Gal (2000, p. 35), elas são “atravessadas por questões políticas e morais presentes no campo sociolinguístico particular e são sujeitas aos interesses da posição social dos portadores dessas ideologias”. Tais reflexões mostram que as ideologias de linguagem são múltiplas, contingenciais, contextuais, historicamente situadas.

Além disso, Irvine e Gal (2000) elucidam que existem processos pelas os quais “as pessoas constroem representações ideológicas das diferenças linguísticas” (IRVINE; GAL, 2000, p. 37), isto é, existem processos

que parecem informar a construção de ideologias, de onde elas vêm e como eles podem ser descritas. As autoras identificam três processos em particular que operam em processos de diferenciação linguística: a *iconização*, que é o processo pelo qual “características linguísticas que indexam grupos ou atividades sociais parecem ser representações icônicas deles”; *recursividade fractal*, o processo pelo qual “uma oposição, saliente em algum nível de relação, [é projetada] em algum outro nível”; e o *apagamento*, o processo que “torna algumas pessoas ou atividades (ou fenômenos sociolinguísticos) invisíveis” (IRVINE; GAL, 2000, p. 37-38).

As ideologias monolinguísticas e as crenças na padronização da língua são um bom exemplo de como a *iconização*, *recursividade fractal* e *apagamento* operam. Visto que, estas ideologias são as principais responsáveis pela manutenção na crença de que o monolinguismo é uma condição normal e ideal, e que, a linguagem padrão é a “língua” desejável que trará benefícios sociais e econômicos. Nesse sentido, a padronização é um processo que institucionaliza um conjunto de posturas avaliativas em relação a práticas de variação em oposição à norma padrão, isto é, a padronização refere-se mais ao

processo do que o produto. Enquanto isso, a língua ou norma padrão é ideologicamente construída por meio de um processo de padronização sociocultural e sociolinguístico, envolvendo a codificação e institucionalização das normas linguísticas e culturais legitimadas pela elite.

Deste modo, tais ideologias não projetam somente o modo de falar e escrever considerado “prestigiado” e “correto”, mas também uma série de outros comportamentos que indiciam padrões de gênero, raça e classe. A esse respeito, Bauman e Briggs (2003, p. 17) elucidam que “as formas de falar e escrever fazem classes sociais, sexos, raças, e as nações parecem reais e permitem-lhes extrair sentimentos e justificar relações de poder, fazendo subalternos parecerem falar de maneira que necessitam de sua subordinação¹”. Em suma, as práticas discursivas e as ideologias de linguagem indexam as relações de poder em uma sociedade e, conseqüentemente, se manifestam em regimes de linguagem em diferentes contextos.

Assim, de acordo com Kroskrity (2000, p.3) os regimes “invocam a exposição da dominação política em todas as suas muitas formas, incluindo o que Gramsci (1971) distinguiu como a força coerciva do Estado e a influência hegemônica da cultura da sociedade civil endossada pelo Estado”². Então, os regimes de linguagem integram duas esferas sociais, que frequentemente são separadas, a política e a linguagem, isto é, são ideologias de linguagem institucionalizadas, principalmente pelo Estado, que têm papel fundamental na criação e manutenção do estado-nação, da identidade nacional, étnica, entre outras. Além disso, esses regimes têm papel fundamental na classificação e na estratificação das variedades linguísticas e línguas, uma vez que, eles reconhecem algumas como oficiais e aceitáveis, outras como toleráveis, e uma maioria como inapropriadas e ilegítimas. Até mesmo, a oposição entre variedades linguísticas e línguas é ideológica, uma oposição criada e endossada pela tradicional, que sustenta, em algum sentido, ideologias de monolinguismo e língua padrão.

¹“(…) ways of speaking and writing make social classes, genders, races, and nations seem real and enable them to elicit feelings and justify relations of power, making subalterns seem to speak in ways that necessitate their subordination.” (BAUMAN; BRIGGS, 2003, p. 17)

² “Regimes invokes the display of political domination in all its many forms, including what Gramsci (1971) distinguished as the coercive force of the state and the hegemonic influence of state-endorsed culture of civil society”. (KROKRITY, 2000, p.3)

Políticas Linguísticas: língua(gem), poder e Estado

O campo de estudo de política linguística preocupa-se com a relação entre o poder e as línguas, em especial no que diz respeito às escolhas feitas por uma autoridade política ou por outras partes interessadas a fim de regular os usos linguísticos dentro de um determinado espaço social, isto é, regular como a sociedade e a língua interagem. Enquanto isso, a política linguística como campo de ação é “um mecanismo político que impacta a estrutura, a função, o uso ou a aquisição da linguagem” (JOHNSON, 2013, p. 9). A este respeito, Schiffman (1996) afirma que

Políticas linguísticas são principalmente uma construção social. Ela pode consistir em vários elementos de natureza explícita - em algumas jurisdições pode haver uma linguagem jurídica, judicial, administrativa, constitucional e / ou legal, mas se uma política tem ou não um texto tão explícito, a política como uma construção cultural repousa principalmente em outros elementos conceituais - sistemas de crença, atitudes,

mitos - todo o complexo a que estamos nos referindo como cultura linguística, que é a soma de ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, restrições religiosas e todas as outras “bagagens” culturais que oradores trazem para suas relações com a língua materna³ (SCHIFFMAN, 1996, p. 276).

Em consonância com as ideias de Schiffman, Solpsky (2004) argumenta que as políticas linguísticas são criadas e discutidas em um cenário complexo de fatores culturais, políticos, econômicos e sociais. Além disso, o autor (2004) distingue três componentes a partir dos quais ele define políticas linguísticas: 1) as práticas discursivas que são as escolhas que os falantes fazem entre as variedades que compõem seu repertório linguístico; 2) as crenças (ideologias de linguagem) que representam os valores atribuídos às línguas, às variedades e às variantes linguísticas e ainda representam as crenças dos membros de uma comunidade sobre a importância desses valores; e 3) a gestão que é quaisquer esforços específicos para modificar ou influenciar essa prática por qualquer tipo de intervenção,

³ Language policy is primarily a social construct. It may consist of various elements of an explicit nature – juridical, judicial, administrative, constitutional and/or legal language may be extant in some jurisdictions, but whether or not a polity has such explicit text, policy as a cultural construct rests primarily on other conceptual elements – belief systems, attitudes, myths – the

whole complex that we are referring to as linguistic culture, which is the sum totality of ideas, values, beliefs, attitudes, prejudices, religious strictures, and all the other cultural ‘baggage’ that speakers bring to their dealings with language from their background. (SCHIFFMAN, 1996, p. 276)

planejamento ou gerenciamento da linguagem.

Neste sentido, Spolsky (2009, p. 01) afirma que “políticas linguísticas são feitas de escolhas” e são produzidas por crenças e ideologias dentro de uma comunidade de fala. Estas escolhas promovem profundas consequências sociais e políticas, uma vez que, exercem uma importante influência na identidade nacional, no ensino de línguas, em especial no que diz respeito a minorias linguísticas, que podem ser legitimadas ou marginalizadas. Assim, as políticas linguísticas não estão somente relacionadas a questões de planejamento nacional sobre língua, na realidade, elas afetam as escolhas linguísticas nos mais diversos campos da sociedade, determinando quais as práticas de linguagem, gramática, vocabulário, gênero e estilo são considerados apropriados. Consequentemente, estas escolhas produzem hierarquizações sociais e linguísticas, pois, se de um lado conferem alto prestígio a certas línguas e variedades da língua, determinando quais são oficiais, padrão e nacionais, por outro lado, invalidam e desvalorizam a língua e os usos linguísticos de grupos marginalizados e, por extensão, aqueles que as usam.

Em relação os usos linguísticos “minoritários”, Wiley (2002), expandido

as reflexões de Kloss (1998), desenvolve um esquema de identificação sobre os propósitos das políticas em relação aos direitos linguísticos das minorias, que aqui inclui tanto as línguas minoritárias como as variedades linguísticas desprestigiadas. Wiley (2002) define que essas políticas podem ser caracterizadas como: 1) *Políticas orientadas para a promoção*: o estado institui recursos e apoio para expandir e promover o uso oficial de línguas minoritárias; 2) *Políticas orientadas para acomodação (conveniência)*: o uso de uma língua minoritária sem a intenção de promovê-lo; 3) *Políticas orientadas para a tolerância*: o governo se abstém de políticas linguísticas para comunidade de minorias linguísticas, isto é, não existe esforço por parte do governo para restringir os usos linguísticos minoritários de qualquer forma, mas a responsabilidade de manter esses usos linguísticos recai sobre a própria comunidade que o utiliza; 4) *Políticas orientadas para a restrição*: proibições legais ou restrições aos usos linguísticos minoritários; 5) *Políticas voltadas para a repressão*: o Estado busca ativamente a erradicação de línguas não dominantes; e por fim 6) *Políticas nulas*: a ausência significativa de políticas reconhecendo as línguas ou variedades minoritárias.

Portanto, as políticas linguísticas podem ser concebidas como construções ideológicas que refletem e (re) produzem as relações de poder dentro da sociedade. Além disso, elas podem ser explícitas em documentos oficiais, como leis, currículo educacional e testes padronizados. Ou implícitas, regulando sutilmente o poder sobre os usos linguísticos e a interação dentro das comunidades. As políticas orientadas para tolerância e as nulas são um exemplo de políticas implícitas, que apesar de parecerem neutras, na realidade, escondem um caráter ideológico no sentido de trabalhar interesses de alguns (grupos dominantes), contra os interesses de outros. Nesse viés, é importante mencionar que apesar de serem políticas implícitas ou encobertas, elas “podem ter a mesma, ou ter ainda, uma força maior do que as políticas oficiais [explícitas]” (WILEY, 2002, p. 51).

Políticas linguísticas no Brasil: monolinguismo e padronização da língua

Duas ideologias de linguagem em particular são relevantes para compreendermos como algumas políticas linguísticas brasileiras abordam a diversidade linguística. A primeira é a ideologia monolinguística que está

relacionada à equivocada ideia de “um Estado, um Povo, uma Língua”, ou seja, a noção de que uma língua faz uma nação, para tanto, essa crença tem como ideal unificar a língua, tornando-a homogênea e hegemônica. Já a segunda ideologia refere-se à crença de que uma determinada variedade - geralmente a variedade que tem suas raízes no discurso do grupo mais “poderoso da sociedade” - é estética, moral e intelectualmente superior a outras formas. Essa ideologia posiciona os falantes de diferentes variedades da mesma língua dentro de uma hierarquia social e linguística com base em uma norma-padrão que usufrui de um prestígio que lhe foi concedido socialmente, que a leva a representar o poder econômico e simbólico de certos grupos sociais que autorizam sua legitimidade.

Diante disto, a primeira tentativa de unificação de língua no Brasil começou na época da colonização, quando José de Anchieta publicou em 1595 a Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil que, posteriormente, ficou conhecida como língua geral e era usada pelos colonizadores e pelos colonizados. Já o primeiro planejamento linguístico aberto na história do Brasil ocorreu em 1758, quando o Marquês de Pombal, o primeiro-ministro de

Portugal, proíbe o uso da língua geral e instaura o português como língua nacional e oficial (RAJAGOPALAN, 2008). Este decreto trouxe profundas e terríveis consequências, em especial, para as culturas e as línguas indígenas, que desde o início da colonização vinham sofrendo um processo de apagamento, que foi intensificado após a reforma pombalina e que continua até hoje.

A reforma pombalina instituiu a educação pública, tornando o ensino elementar do português *violentamente obrigatório*, destruindo no processo línguas e culturas indígenas; no nível secundário, obrigava-se a ensinar a gramática do português antes do latim, para o que os professores fossem obrigados a recorrer aos compêndios da metalinguagem portuguesa, como nos únicos autorizados – os de Antônio Félix Mendes e Antônio Pereira de Figueiredo⁴ (CELSO CUNHA *apud* RAJAGOPALAN, 2008, p.184).

Dessa forma, é importante pensar que estas políticas se alinham e buscam implementar ideologias de linguagem que emergem na Europa, como a ideia de que é pela língua que se unifica uma nação, incluindo os territórios conquistados. Assim, se observarmos a

história do Brasil, podemos perceber que sempre existiu uma tentativa de unificação linguística, principalmente, em torno da “Língua Portuguesa”, pois esta foi concebida historicamente, desde o domínio português, como um meio eficaz para subjugar, social e culturalmente, os habitantes nativos da terra, para consolidar o domínio do colonizador, e, depois da independência, foi elemento integrador utilizado pela elite social e cultural do país, que sancionou a língua do colonizador como a língua nacional e refutou qualquer outra possibilidade linguística. Para Bagno (2007, p. 126), “por causa da formação histórica da sociedade brasileira, uma formação marcada por toda sorte de violência e autoritarismo, existe na nossa cultura o mito muito poderoso do monolingüismo”. Porém, como elucida Oliveira,

O fato de termos aprendido que a situação ‘normal’ no mundo é a situação de monolingüismo e de termos aprendido a ver o plurilingüismo como uma anomalia é mais um produto da história da criação do Estado-Nação nos últimos 300 anos, quando se estabeleceu o desiderato de ‘um Estado, um Povo, uma Língua’, tão prejudicial à construção da

⁴ The Pombaline reform instituted public education, made elementary teaching of Portuguese *violently obligatory*, destroying in the process indigenous languages and cultures; at the secondary level, made it obligatory to teach the grammar of Portuguese before that of Latin, for

which purpose the teachers would be required to have resort to the compendiums of Portuguese metalanguage, as available in the only authorised tomes of Antônio Félix Mendes and Antônio Pereira de Figueiredo. (CELSO CUNHA *apud* RAJAGOPALAN, 2008, p.184)

cidadania. (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

Assim, para melhor compreendermos o porquê dessa equivocada, mas potente ideia de que uma língua faz uma nação, torna-se relevante, entendermos, o conceito de nação, que segundo Hall (2000), é uma comunidade simbólica “imaginada”, que se perpetua pela memória do passado, pelo desejo de viver em conjunto e pela continuidade da herança.

Além disso, ela é construída por meio de uma “tradição inventada” que busca gravar e impor, através da repetição, certos valores ou normas de comportamento, tratando-os como “naturais”. E é por meio de “mitos fundadores” que tentam fixar as identidades nacionais, tornando-as um exemplo importante de essencialismo cultural, moldando o imaginário nacionalista, influenciando as ações e conferindo significado às vidas dos indivíduos enquanto cidadãos de uma nação. Apesar de parecer um processo natural, toda essa consolidação de nação e de identidade nacional perfaz um caminho violento, de subjugação do outro, do diferente, ou de qualquer um que possa significar ameaça a esta identidade imaginada. Essa consolidação de uma nação, de uma identidade nacional, de uma língua nacional, é o

reflexo de uma estrutura de poder que tenta apagar gêneros, raças, classes e línguas.

Daí, então, podermos afirmar a linguagem homogênea é tão imaginada quanto à comunidade (IRVINE; GAL, 2000) e que essa homogeneidade linguística só é compatível com o pressuposto de “cultura nacional”, que é concebida segundo os interesses de uma minoria, que se julga soberana e subordina os interesses dos outros estamentos sociais. A este respeito Pratt (2013), citando Anderson (1983), descreve a ideia de “comunidades imaginadas” como limites ilusórios que são traçados por povos que se agrupam como um, ou seja, as “comunidades humanas existem como entidades imaginadas nas quais as pessoas “nunca conhecerão a maioria de seus membros, nunca os encontrarão ou mesmo ouvirão, ainda que nas mentes de cada um viva a imagem de sua comunhão””. (ANDERSON, 1983 *apud* PRATT, 2013, p. 439).

Além disso, segundo Pratt (2013) essas comunidades foram abordadas principalmente com base em um suposto “falante ideal (nativo)”, representando uma variante não marcada e “pura” do código compartilhado, isto é, a única comunidade de fala tradicionalmente reconhecida é a classe dominante dos

estados-nação, sendo que a variedade linguística dessa classe recebe o status de língua oficial, um patrimônio que deve ser compartilhado e preservado entre os membros dessa comunidade. Para tanto, instaura-se a ideologia do monolinguismo, tratando as línguas e as práticas linguísticas como discretas, uniformes e estáveis, entretanto, esta é somente mais uma forma de apagar outros “importantes grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos, no mais das vezes à força, ao formato ‘lusobrasileiro’” (OLIVEIRA, 2002, p. 91). Ou seja, o monolinguismo é um processo de apagamento de qualquer diferenciação considerada ilegítima e improdutiva, na medida em que está ideologia “ao simplificar o campo sociolinguístico, torna algumas pessoas ou atividades (ou fenômenos sociolinguísticos) invisíveis” (IRVINE; GAL, 2000, p. 38).

Desta forma, essa crença no monolinguismo pode servir para dois tipos de políticas linguísticas: a de *desculturação* e a de *aculturação* (WILEY, 2002). Este processo de desculturação foi aplicado aos indígenas com o intuito de subordiná-los, removendo suas línguas e culturas, como já foi mencionado. Já a aculturação foi para os imigrantes com o intuito de

incorporá-los, adequá-los de acordo com as primícias da sociedade dominante. Podemos citar como exemplo a *Campanha da Nacionalização do Ensino* (1937-1945) que foi uma política aplicada à diversidade linguística do Brasil, tendo como principal objetivo “evitar que cidadãos brasileiros pudessem viver suas vidas em outras línguas que não o português, ou mesmo evitar que fossem apenas bilíngues, forçando a situação de monolinguismo em português” (OLIVEIRA, 2013, p. 428).

Assim, neste contexto, o Estado em uma tentativa de restringir o uso das línguas estrangeiras - línguas de herança - no Brasil em prol de um nacionalismo, estabeleceu o fechamento de escolas étnicas e decretou por meio da lei nº 1006 de 30 de dezembro de 1938, a proibição de publicação de livros didáticos que não fossem escritos em português. Deste modo, os imigrantes passaram por um processo de aculturação e de assimilação forçada que, conseqüentemente, contribuiu para o apagamento de suas línguas pelas futuras gerações. Posteriormente, a estas políticas de restrição ao uso de línguas estrangeiras, houve também uma tentativa, por meio projeto de lei 1676/1999, de *restringir o uso de palavras em Língua Estrangeira ou*

“estrangeirismo” em prol da proteção, a defesa e o uso da Língua Portuguesa e dá outras providências.

Vale notar que, esta resistência a elementos estrangeiros por parte do estado para preservar uma língua nacional, está ligado à noção de *purificação da língua*, que envolve livrar de “elementos” estranhos ou outros “elementos” considerados indesejáveis em favor de uma língua pura e autêntica. Assim, as práticas de purificação podem ser definidas como

(...) ferramentas para tirar a linguagem da conexão direta com as coisas das formas sociais, viriam a formar algumas das bases mais importantes para a construção de sujeitos modernos em termos de sua racionalidade e disponibilidade para falar na esfera pública. - e, portanto, para avaliar cada indivíduo e comunidade e determinar seu lugar adequado na ordem social emergente (BAUMAN; BRIGGS, 2003, p. 31).

Neste sentido, as práticas de purificação visam uma língua autônoma e descontextualizada, e mais, auxiliam os processos de padronização da língua, nos quais certas formas linguísticas bem como certas formas de falar e escrever são prescritas como padrão, em busca da coesão nacional e cultural. Um exemplo é a norma-padrão do português que recebe o status de “língua” hegemônica, um espelho em que todos devem se

mirar, enquanto isso, todos os outros usos linguísticos são geralmente considerados inadequados, abaixo do padrão, vale ressaltar que estes usos são vinculados por iconização a certos grupos de falantes. A este respeito, Bagno (2006) afirma que

O processo de normatização, ou padronização, retira a língua de sua realidade social, complexa e dinâmica, para transformá-la num objeto externo aos falantes, numa entidade com "vida própria", (supostamente) independente dos seres humanos que a falam, escrevem, leem e interagem por meio dela. (BAGNO, 2006, p. 26)

Então uma língua padrão é uma consequência de intervenções sócio-políticas e científicas específicas com base na ideia de que certas variedades linguísticas e suas formas e estruturas são mais "corretas", mais "regulares" do que as outras, e que elas devem ser usadas em domínios públicos, profissionais e educacionais. Sendo assim, o Estado e as instituições de poder endossam e normatizam um padrão de língua, elegendo somente um único uso linguístico (o da elite dominante) como “normal e natural”, um parâmetro a ser seguido, conseqüentemente, todas as variedades linguísticas são vistas como anormais, inapropriadas, ilegítimas, consideradas desvio da norma. E,

embora a norma-padrão do português seja retratada como símbolo de nacionalismo, ela também sustenta uma hierarquização social, visto que “língua” padronizada “é a personificação tanto da identidade nacional quanto da desigualdade social” (KROSKRITY, 2000 p. 38).

Desta forma, as autoridades das instituições nacionais usam seu poder para apresentar a “língua correta” por meio de manuais prescritivos, gramáticas, parâmetros de ensino, determinando assim a norma-padrão. Neste sentido, de acordo com Milroy (2011), o não domínio dessa norma-padrão é considerado como uma característica da fala não educada, que, por sua vez, se correlaciona diretamente com o nível socioeconômico dos status dos falantes e seus posicionamentos na hierarquia do prestígio social. Esse tipo de iconização é difundido em ideologias monolinguísticas e processos de padronização que refletem a marginalização do “outro”, hierarquizando os usos linguísticos e os sujeitos.

Em outras palavras, quando a sociedade impõe uma norma-padrão para o uso da língua, automaticamente se impõe um juízo de valor e o desejo de um único tipo linguístico, e ocorre que somente este uso é valorizado, enquanto tantos outros

possíveis são socialmente desvalorizados. Esse “valor” é reafirmado e difundido quando a sociedade, as políticas linguísticas, as instituições de ensino e, principalmente, a mídia, fazem uma analogia da norma-padrão com a competência, o sucesso, a beleza e a inteligência, fazendo crer que tudo o que foge dessa norma é “incompetência”, “fracasso”, “feiura” e “burrice”.

Por fim, esta padronização da língua é uma crença tão profundamente incorporada em nossa história social, cultural, política e linguística, que a maioria dos indivíduos nunca questionam a norma-padrão. Simplesmente, ela é difundida e aceita entre os falantes como uma “verdade” incontestável, mesmo entre aqueles que admitidamente não falam de acordo com suas “regras”. Dessa forma, a noção de língua padrão sobrevive por meio de um discurso que a representa como uma condição prévia para a igualdade de acesso ao emprego, à coesão social e comunicação eficiente, conseqüentemente, esses discursos utópicos legitimam a representação de outras línguas e variedades como ilegítimas, economicamente improdutivas e indesejáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo busquei argumentar que a língua(gem) não é simplesmente um instrumento para os processos ideológicos, na realidade ela é constituída por meio destes processos, nos quais perpassam questões sociais, culturais, assim, como relações de poder e de hierarquizações sociais. Além disso, busquei argumentar que ideologias hegemônicas como o monolinguismo e a padronização da língua são amplamente aceitas e enraizadas na sociedade. E mais, elas fornecem o contexto ideológico para a criação e manutenção de políticas linguísticas oficiais e institucionais. Em relação às políticas linguísticas no Brasil, é importante

reconhecer o poder que elas têm para marginalizar línguas minoritárias e indígenas e seus usuários, porém, elas podem ter o efeito oposto, especificamente quando estas políticas são projetadas para promover o acesso, a educação e o uso de variedades minoritárias e de língua indígenas e estrangeiras línguas. Assim, as políticas linguísticas podem ser uma parte importante, na verdade integral, da promoção, manutenção e revitalização de línguas minoritárias e indígenas em todo o mundo (mesmo que isso não tenha ocorrido).

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: ciência e senso comum na educação em língua materna. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, ano 12, n. 71, Set. 2006. p. 22-29 Disponível em: <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/10/nada-na-lc3adngua-c3a9-por-acaso.pdf>. Acessado em: 22 de Janeiro de 2020

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. **Voices of Modernity: language ideologies and the politics of inequality**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language Ideology and Linguistic Differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (ed.). **Regimes of Language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2000, p. 35-83.

JOHNSON, David Cassels. **Language Policy**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2013.

KROSKRITY, P. V. Language Ideologies. In: DURANTI, A. (ed.). **A companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p. 496-517.

KROSKRITY, P. V. Regimenting Languages. In P. Kroskrity (ed.): **Regimes of Language: Ideologies, Politics, and Identities**, Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2000, p. 1-34.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências das padronizações. In LAGARES, X; BAGNO, M. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011, p. 49-89.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Linguístico. In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (orgs.). **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2002.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Línguas como patrimônio imaterial. **IPOLE**: Instituto de investigação e desenvolvimento em política linguística. 2009. Disponível em: <<http://www.ipole.org.br/ler.php?cod=281>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Política linguística e internacionalização: a Língua Portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada** [online], 2013, vol. 52, n.2, pp. 409-433.

PRATT, Mary Louise;. Utopias linguísticas. Tradução. NASCIMENTO, André M. do; PINTO, Joana Plaza. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 437-459, Dec. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200011>. Acesso em: 27 de Janeiro de 2020.

RAJAGOPALAN, K.. The Role of Geopolitics in Language Planning and Language Politics in Brazil. **Current Issues in Language Planning**, 9(2), 2008, p. 179-192.

SCHIFFMAN, H. F. **Linguistic culture and language policy**. London/New York: Routledge, 1996.

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. In: CLYNE, P. R.; HANKS, W. F.; HOFBAUER, C. L. (eds.). The elements: A parasection on linguistic units and levels. **Chicago: Chicago Linguistic Society**, 1979, p. 193-248. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/36490746/Silverstein-Language-Structure-and-Linguistic-Ideology>

SPOLSKY, B. **Language policy**: key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge, 2004.

SPOLSKY, B. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

WILEY, Terrence G Assessing language rights in education: a brief history of the U.S. context. **Language policies in education: critical issues**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2002

WOOLARD, K. Introduction: language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K. A.; KROSKRITY, P. V. (eds.). **Language Ideologies: practice and theory**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1998, p.3-47